

Notícias de um sertão: representações dos sertões maranhenses em periódicos na Primeira República (1900-1920)

Mayjara Rêgo Costa Garcia Oliveira
Isabel Ibarra Cabrera

RESUMO

O presente estudo visa compreender as representações dos sertões maranhenses contidas nos jornais que circularam nas cidades sertanejas. Propõe-se discutir as diversas percepções acerca desse lugar enquanto uma realidade social construída nos discursos desses sertanejos. O recorte temporal escolhido foi os anos de 1900 a 1920, período conhecido como Primeira República e que corresponde aos anos de publicação dos periódicos utilizados neste trabalho. Nestes jornais, observam-se discursos permeados por expressões como “lugar abandonado”, “sertões esquecidos”, expressões que justificam o isolamento e desconhecimento dessa região, indicativas das diferentes maneiras de interpretar esses sertões.

Palavras-chave: Representação. Sertões. Região. Identidade. Sertanejo.

Introdução

Na obra *Grande Sertão*, Guimarães Rosa referiu-se a um “lugar sertão”, como um espaço construído por limites imprecisos em termos cartográficos.

“[...] Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade [...] O sertão está em toda parte [...] o sertão está dentro da gente [...] o sertão é sem lugar [...] Tudo aqui é perdido, tudo aqui é achado; o sertão não tem janelas nem portas. E a regra é assim: ou o senhor bendito governa o sertão, ou o sertão maldito vos governa [...]. O sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. (ROSA, 2001),

Partindo dos sentidos conferidos por esse autor, trilhamos com vistas à compreensão dos significados simbólicos das veredas desses sertões. Lugar cujas representações foram construídas por uma multiplicidade de percepções divulgadas nas páginas de periódicos, que se dispuseram em tracejar essa espacialidade.

Consiste finalidade do estudo aqui proposto compreender esses sertões, ao percorrermos as representações desse lugar presentes nas veredas inscritas nos jornais de algumas cidades dos sertões maranhenses, nos anos de 1900 a 1920, período que corresponde a Primeira República. Mais precisamente, nos jornais *O Lábaro* (1900), *Correio do Sertão* (1903-1905), *Jornal do Commercio* (1908-1911), *Gazeta de Picos* (1905-1913), *O Tocantins* (1914-1920) e *O Sertão* (1921).¹

¹ Os três primeiros foram publicados em Caxias, os demais, respectivamente, em Picos (atual cidade de Colinas), Caroli-

Inicialmente, propomos reflexões relativas as noções de representação, região e identidade, com o objetivo de compreender os processos de construção de sentidos em torno dessas categorias. Desta forma, atentaremos para as diversas formas de interpretar uma realidade social, buscando explicitar a sua invenção e construção históricas.

Recorremos ao conceito de representação proposto por Roger Chartier, para o entendimento das imagens sobre os sertões maranhenses, criadas pelos discursos contidos nesses periódicos. Michel Foucault e Michel de Certeau embasam as discussões em torno das noções sobre região, por meio das diversas maneiras de interpretar as ações demarcatórias dos espaços. No que diz respeito às noções de identidade, citamos os pressupostos teóricos de Manuel Castells, Stuart Hall e Pierre Bourdieu com vistas a compreender os discursos que significam representações de pertencimento, reconhecimento e legitimação de uma diferença.

No tocante aos jornais que compõem esse estudo, estes expõem um modo específico de representação do real, ao diagnosticar uma situação e um projeto social para construção de um tipo de sociedade e os caminhos para que este fim seja alcançado. A análise dos discursos jornalísticos na pesquisa histórica aponta para uma “política de produção da verdade”, do lugar social, das condições históricas e das relações sociais envolvidas nas construções dos fatos contidos nesses discursos (CUNHA & VIEIRA, 1989. p.10).

Além do contato com a representação simbólica da sociedade, estes são importantes documentos de época, ao proporcionarem uma pluralidade de representações através das diferentes leituras sobre o real, por atores sociais que “transformam acontecimento em texto pela apreensão que esses sujeitos fazem do real” (JANOTTI, 2008. p.101). Daí, para a autora, tem-se uma narrativa fragmentária, seletiva e subjetiva, uma versão própria dos acontecimentos em conformidade com o perfil do jornal que a divulga.

Durante a Primeira República, o universo editorial maranhense foi representado por uma variedade de periódicos que em termo quantitativos sobrepunha a produção de revistas e jornais desde a instalação da primeira tipografia no Maranhão, em 1821. Nos primeiros tempos da República, foram lançados 240 títulos e, mesmo que muitos tivessem duração efêmera, deve-se atentar para a situação de empobrecimento que atingia o estado à época, não permitindo a longevidade a tais empreendimentos, em sua maioria, frutos de iniciativas voluntárias. (MARTINS, 2006. p.169).

Os últimos anos do século XIX e início do século XX, a circulação de jornais nos sertões maranhenses foi significativa por quase toda essa região, com matérias e notícias e fatos relativos à região sertaneja (CABRAL, 1992, p.203). No entanto, nas seções desses impressos periódicos, escassas foram as informações a despeito dos proprietários desses jornais, apenas foi possível encontrar algumas menções sobre alguns deles.

Rodrigo Otávio Teixeira foi proprietário do jornal *Correio do Sertão*, que definiu o referido periódico como “noticioso, de cunho comercial e de interesse para o sertão”. Exerceu o cargo de juiz municipal de Caxias, empossado em 19 de março de 1897, sendo descrito “temperamental, caráter duro e que não era de levar desaforo para casa” (COUTINHO, 2005. p.33). Coutinho ainda informa que o juiz Rodrigo Otávio teve um desentendimento com o então governador do estado Benedito Leite, acusando-o de tentar “transformar a Justiça em mero instrumento dos seus ódios e de suas paixões”.

na e São Luís. Na transcrição dos seus textos, optamos por respeitar a grafia da época.

José Queiroz e Elpídio Pereira foram redatores e proprietários de *O Tocantins*, cujo subtítulo apresentava-o como “órgão de interesses gerais, literário e noticioso”. Somente uma referência foi encontrada sobre eles, que considerou-os “moços de talento, ilustração e virtudes cívicas” (CARVALHO, 2002, p.146).

Nos escritos de Carvalho encontramos informações sobre serem Candido Pereira de Souza Bispo e Isaac Gomes Ferreira os proprietários de *O Sertão*. O primeiro nasceu em São Benedito, município de Grajaú, em 3 de outubro de 1896, e, desde jovem, dedicou-se ao jornalismo com pequenas publicações e manuscritos. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais, exerceu cargos na promotoria e a advocacia no Maranhão. Na Academia Maranhense de Letras ocupou a cadeira patroneada por Dias Carneiro e no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão a patroneada por Sebastião Gomes da Silva Belfort. Publicou *Espinhas de Mandacaru, Mensagem e civismo, Isaac Martins e República no Maranhão e Campesinas* e colaborou com jornais da capital, como *O Imparcial* e *Diário de São Luís*. Faleceu no ano de 1950, em São Luís.

Isaac Ferreira, por sua vez, nasceu em 14 de setembro de 1896, no povoado Papagaio, município de Barra do Corda. Ainda moço, publicou pequenos jornais manuscritos e ilustrados. Vindo para São Luís em 1919, ingressou na Faculdade de Direito e foi um dos redatores do *Diário de São Luís*. Foi descrito como “cultor das letras, muito estudioso, amante das musas e da verdade histórica, não se comprazendo com as mentiras das apologias e loas que os espíritos servis e os inconscientes contam aos que dominam, embora à custa de crimes e infâmias”. (CARVALHO, 2002, p. 147-149)

Alguns desses jornais reconheciam como missão a defesa desses sertões. É o que se observa no *Correio do Sertão*:

O seu nome já exprime um de seus fins principais: trabalhar em prol da zona sertaneja fazendo repercutir ao longe não só os ecos de satisfação como também os gemidos de angustia daqueles nossos irmãos que, infelizmente, quase vivem no esquecimento e abandono, apesar de terem em seu favor os dotes naturais daquela vastíssima região, felicito terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aroma [...]²

Nas primeiras páginas, os jornais *O Tocantins* e *O Sertão* também assumiam posição similar. O primeiro se diz ser “porta-voz de boas causas que interessam simultaneamente à Pátria Brasileira, à família maranhense, e à gleba sertaneja³”. O segundo anunciou a missão de “lutar e abrir os olhos ao Sertão, para conquista do ideal de o Maranhão prospero e feliz, com riqueza e felicidade do Sertão⁴”.

Na análise acerca do campo cultural na República Velha, identifica-se que esse período foi composto por intelectuais que acreditavam estar imbuídos de uma responsabilidade frente a sua sociedade (SEVCENKO, 2003. p.257). Esse “caráter missionário” expressava-se em suas contribuições enquanto ensaístas, literatos, cientistas, jornalistas, entre outras atividades, intelectuais que interferiam na realidade, ao exercerem a mediação entre sociedade e o Estado.

Sevcenko elucida que o reconhecimento de uma “missão”, por parte desses intelectuais, devia-se a desilusão que sofreram no início do período republicano, marcada por especulações, crises, conflitos políticos, acontecimentos apontados como traição à ordem e ao progresso. Provavelmente, isso auxilia a compreender o porquê de manifestações como esta, publicada em *O Lábaro*:

2 *Correio do Sertão*. Caxias, 21 abr.1903, p.1.

3 *O Tocantins*. Carolina, 1 mar. 1920, p. 1

4 *O Sertão*. São Luís, jun. 1921, p.1

O Nosso estado é triste e contristador; quando se proclamou a República chamava-se o grande dia 15 de Novembro, dia glorioso em que viria a igualdade do povo Brasileiro. A pátria, esta pátria hoje republicana em vez de trazer os melhoramentos que se esperavam nos trouxe a desgraça e a infelicidade⁵.

O sertão maranhense apresentou-se com um campo propício para germinação dos ideais republicanos, esses que correspondiam às motivações dos líderes políticos sertanejos por autonomia orçamentária e independência em relação à província do Maranhão. Contudo, com a Proclamação da República, esses anseios por autonomia política e econômica não foram alcançados, observando-se medidas visando intensificar o controle da região por parte do governo estadual (FERREIRA, 2005, p.343).

Nos periódicos analisados para composição desse estudo, identificamos discursos permeados por expressões como “abandono”, “esquecimento”, “isolamento”, “desconhecimento”, interpretações que construíram representações de um lugar nomeado “sertões maranhenses”. Por intermédio desses discursos, uma espacialidade foi demarcada em consonância com as diversas percepções da realidade social descritas por esses sertanejos.

2 Os traçados de um sertão: representação, identidade e região

Refletir sobre as noções de representação, identidade e região aponta para a compreensão do processo de construção de sentidos no que diz respeito às imagens concebidas sobre sertão e sertanejos maranhenses. Propõe-se explicitar o caráter inventivo, por intermédio das diversas formas de interpretar uma realidade social e as representações de pertencimento.

Como espaço construído por práticas que lhe atribuem sentidos, pensa-se o sertão maranhense tendo em vista os discursos que possibilitam a análise de suas representações. Como propôs Roger Chartier, o estudo de uma sociedade por meio das representações apreende os “esquemas intelectuais que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17).

Dito isso, o conceito de representação permite identificar as imagens construídas em torno deste espaço, observadas nas práticas envolvidas na construção de sentidos, resultado das apropriações feitas pelos atores, que permitiram uma diversidade de interpretações. Ao representar um espaço, os atores sociais utilizam-se de traçados que apontam formas diversas de interpretar as ações demarcatórias dos espaços que na tentativa de naturalizá-lo, explicitam sua invenção, sua construção histórica.

Ao questionar uma concepção de região como um espaço fixo, imóvel e naturalizado, Michel Foucault menciona os sentidos de um espaço comandado, em alusão às formas de dominação que inscrevem numa área discursos de relações de poder (FOUCAULT, 2007, p. 157). Dessa forma, o autor tece críticas ao que denomina de “desqualificação do espaço”, ao identificar as disputas de poder envolvidas na sua constituição, cujos efeitos são observáveis nas práticas discursivas que descrevem os espaços.

No mesmo sentido vêm as reflexões de Michel de Certeau, para quem um espaço é algo criado por meio de interações autorizadas pela descrição, que o fundam e criam ao demarcar suas fronteiras, por táticas empreendidas pelos relatos, isto é, as operações sobre lugares (CERTEAU, 1994, p.202).

5 O *Lábaro*. Caxias, 18 jan.1900, p.4.

Essas operações envolvem fabricação, táticas que insinuam a mobilidade do gesto de fixar um recorte espacial, ao conceituar espaço como “lugar praticado” através de atos culturalmente criadores.

Outro conceito bastante útil é noção de identidade com vistas a compreender os discursos que significam “o reconhecimento de um modo de estar no mundo”. Manuel Castells define-a como a fonte de significados e experiências de um povo, com base num atributo cultural ou na inter-relação entre vários atributos culturais, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados. (CASTELLS, 2006. p.22)

Segundo o autor, a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, instituições políticas, memória coletiva e outros que apropriados pelos grupos sociais, promove uma recomposição de seus sentidos segundo as perspectivas de um tempo e espaço. Desta forma, a construção de uma identidade sempre ocorre num contexto marcado por relações de poder, obedecendo a um processo que é dinâmico, ao contrariar ideia de “essência”.

Assim como Castells, Stuart Hall contraria a ideia de identidade vista como “essência”, uma coisa, algo centrado, unificado, presente em nós quando nascemos. Segundo o autor, a identidade é uma representação do sistema cultural que o sujeito encontra-se envolvido, definida historicamente, pois o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, conforme o modo como ele é interpelado ou representado (HALL, 2005, p. 13).

A construção de uma identidade cultural enquanto representação de pertencimento envolve relações de poder, bem como disputas pelo reconhecimento e legitimação de uma diferença. Em consonância com Pierre Bourdieu, essas disputas visam “o monopólio de fazer crer e ver das características que se dirigem a origem do lugar, ao impor uma definição legítima das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 2007, p.113).

Compreender o sertão maranhense por meio das representações criadas por atores sociais abarca as leituras que exibem uma concepção de mundo social. Seus traçados resultam de construções simbólicas, expressas nos discursos que possibilitam a análise de suas representações enquanto região e do reconhecimento de uma identidade.

3 Notícias de um sertão: representações dos sertões maranhenses em periódicos na Primeira República (1900-1920).

As denúncias sobre o estado de abandono do sertão maranhense matizam as representações acerca da região, abandono traduzido pela ausência de autoridades judiciais e policiais, falta de escolas, saneamento, estradas e telégrafos que inviabilizariam seu desenvolvimento, segundo os jornais pesquisados. Através desses periódicos, os sertanejos se expressam em defesa da região, representada por eles como fecunda, rica e vasta, onde habita uma gente forte, trabalhadora e patriótica.

É o caso do jornal *O Lábaro*, ao responsabilizar o governo pelos atos de violência que ocorrem na região:

[...] a nossa florescente cidade de Caxias acha-se n’um deplorável e tristíssimo estado entregue ao desmando de homens como o senador Benedito Leite que só tem por fim sobrecarregar o povo com impostos enormes e provocar desordens e tantas guerrilhas em diversas partes do nosso Estado com bem no Grajaú, Riachão, Imperatriz, Carolina e outros lugares do nosso sertão que se acha em estado deplorável; o senador

é o único responsável por estas mortandades, queimas de casas, e as muitas violações, os saques, e tudo mais que tem havido no interior do nosso estado, que por amor da sua política desenfreada, tudo se tem feito por mandado de agentes, tudo com o seu assentimento⁶.

A “política desenfreada” citada no artigo é qualificada pela cobrança de impostos e pelos diversos conflitos em algumas localidades sertanejas. A responsabilidade é atribuída a Benedito Leite, líder político da época que agiria “por mandado de seus agentes” e, de acordo com o periódico, intervinha na região apenas para oprimi-la através de medidas de controle do governo sobre o sertão.

Um artigo publicado no *Correio do Sertão* aponta também queixas relativas à ação governamental:

“A suprema garantia da ordem publica, o mais solido e firme esteio dos direitos e liberdades do cidadão repousam sobre a boa administração da justiça. Onde quer que falte essa condição primordial, não pode existir garantia de espécie alguma: a vida, a liberdade, a propriedade, a honra, e o domicilio do cidadão, tudo em fim que há de mais sagrado, não encontra a necessária proteção, precioso balsamo que apacando as dores agudas, neutraliza a acção material das vindictas pessoais, o exercício de Talião dos tempos idos. Sob tão aflitiva e intolerável situação é que se acha o nosso sertão, que se ainda não está anarquizado, é devida somente a índole pacífica de seus habitantes, pois, que motivos para que cada um apele para si mesmo para se desagrar de temerosas injustiças, os há de sobra. Os lamentáveis sucessos originaram-se de negócios de justiça, pela má aplicação de seus princípios, caprichosa e intencionalmente deturpados, para se agitarem aos interesses de uma politicagem nefanda e corrupta, que nada respeita e a nada comove⁷.”

Os conflitos e o “estado de anarquia” de algumas localidades do sertão maranhense decorreriam de questões políticas e da má administração judiciária. Como vimos na citação anterior, o periódico justifica o “estado de anarquia” com argumentos relacionados às deficiências na administração judiciária, considerada por “deturpada” por atender somente “aos interesses de uma politicagem nefanda e corrupta”.

A representação de um sertão “anarquizado” figura também nas páginas do jornal *Gazeta de Picos*:

“[...] De há muito o crime campeia de colo erguido e impávido nesta infeliz comarca e a justiça jaz imobilizada num profundo letargo donde quando é apenas para falsear a lei e violar os são princípios de direito. O cidadão não conta com a menor garantia e, attendendo ao estado anárquico ou semibárbaro em que, infelizmente nos encontramos até sua existência se sente constantemente ameaçada⁸.”

A alusão era aos constantes assassinatos, atos novamente imputados às deficiências na esfera judicial, “imobilizada e corrupta”, por “falsear a lei e violar os são princípios do direito”.

Os periódicos responsabilizam a deficiência da ação da Justiça pelos atos de violência praticados no sertão por agentes do governo, tornando-se motivos suficientes para que “cada um apele para si mesmo para se desagrar de temerosas injustiças”. O quadro descrito acima se refere, possivelmente, aos conflitos corridos no sertão maranhense nos anos iniciais do regime republicano, em sua maioria, originados de confrontos políticos que ocorreram na região, conforme consta em mensagem do governador João Gualberto Torreão da Costa em 1899:

O Estado não tem gozado em alguns pontos do sertão da tranqüilidade que era para desejar. As comarcas de Grajaú e Alto Itapecuru foram teatro de cenas lamentáveis que exigiram da parte do governo providen-

6 Tribuna do povo. **O Lábaro**, Caxias, 18 jan.1900, p.3

7 A Justiça no Sertão. **Correio do Sertão**. Caxias, 10 jun. 1903, p.1

8 Secção Livre. **Gazeta de Picos**. Picos, 1 set. 1912

cias enérgicas no sentido de conseguir o restabelecimento da ordem pública e punição dos culpados. (...) Chegavam também ao meu conhecimento notícias de que em outros pontos do alto sertão, Imperatriz e Carolina suspeitavam-se de perturbação na ordem pública sendo esperadas ali a cada momento manifestações hostis, como repercussão dos acontecimentos de Grajaú. As comunicações que, a esse respeito, me foram passadas pelo Dr. Procurador do Estado e pelo comandante das forças do sertão davam como possível o movimento revolucionário em toda aquela parte do Estado auxiliado por políticos influentes da comarca de Boa Vista, do Estado de Goiás. Reforcei, então, os destacamentos do sertão e foi seguir para Grajaú o Dr. Chefe de Polícia⁹.

Um ano depois, Torreão da Costa pronunciou-se novamente sobre a ordem pública no sertão, ao justificar a organização de um contingente militar e a criação de uma companhia patriótica para Grajaú e Barra do Corda. Sobre isso, Flávio Reis informa que o contingente da Polícia Militar foi ampliado temporariamente algumas vezes durante a República Velha, em ocasiões especiais, como nos anos de 1899 a 1902, quando cerca de 200 homens foram enviados ao sertão para combater o chefe local Leão Leda, antigo partidário dos liberais que tinha se colocado contra a nova situação política (REIS, 2007, p.150)

As famílias Leda e Moreira, que tinham grande influência nas localidades sertanejas, disputavam a liderança política da região com Jeferson Nunes, que era apoiado por Benedito Leite. Visando por fim ao poder desses chefes políticos locais, foram enviados destacamentos e autoridades policiais cuja intervenção objetivava neutralizar a força das lideranças locais contrárias ao governo e entregar o controle da região aos chefes locais apoiados pelo situacionismo político.

As denúncias dos jornais sertanejos auxiliam na compreensão das tensões e disputas pelo domínio da região do sul do Maranhão pelo situacionismo político do estado no início da República Velha e indicam como se davam as relações entre o poder regional e o local na consolidação do regime republicano.

As insatisfações dos sertanejos não se restringiam apenas a violência presenciada no sertão maranhense, apontada como consequência dos conflitos políticos e das intervenções do governo, ao impor medidas de controle sobre a região. Nos jornais sertanejos, observamos também um sentimento de abandono e esquecimento, desconhecimento e isolamento em que estava o sertão.

O *Correio do Sertão* exemplifica essa condição de abandono, ao comentar a situação de uma comarca:

A longínqua comarca da Victoria do Alto Parnaíba¹⁰ parece que não pertence mais ao nosso Estado, tal o abandono em que vive dos poderes públicos. [...] tivemos as minuciosas informações sobre o estado de desorganização a que tem chegado os públicos negócios daquela comarca onde não mais chegarão as vistas do governo. [...] É uma das maiores comarcas do Estado, hoje, porém, pela circunstancia em que vive, inteiramente esquecida dos poderes publicos; [...] o governo nenhuma importância liga a ela, de modo que poucos são os maranhenses que sabem que ela nos pertence! É apenas um importante colégio eleitoral e nada mais. [...] O governo, porém, do nosso Estado não se incomoda com as necessidades dos seus administrados: a preocupação em que vivem aqueles que estão a frente dos seus destinos, para se manterem nas posições políticas não lhes dá tempo para curarem do que é preciso. Nas mesmas condições da Victória estão quase todas as comarcas do Sertão, isso é um facto que ninguém contesta¹¹.

9 MARANHÃO. Governo do Estado. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 15 de Fevereiro de 1899 pelo excelentíssimo senhor doutor João Gualberto Torreão da Costa**. São Luís: Imprensa Oficial, 1899-1890.

10 Atualmente, município de Alto Parnaíba.

11 Uma comarca esquecida. **Correio do Sertão**. Caxias, 1 nov. 1903.

Ao focar o abandono da então comarca sertaneja, o referido jornal refere à o esquecimento por parte do governo, esse que se ocuparia apenas com as disputas políticas. Outro artigo desse mesmo jornal relaciona o “estado de abandono” às condições dos meios de comunicação entre a região e outros lugares, reivindicação mais presente nos jornais analisados.

O Alto Sertão [...] cansado porventura de exorar dos poderes publicos os melhoramentos a que tem jus, com parte integra do Estado e como centro de riquezas. Não existem estradas que liguem aqueles povos com a Capital; não há barcos que façam as permutas do comercio por essas vias naturais; [...] as mãos humanas – particulares ou oficiais – deslembram-se de incentivar o desarolo daquela zona, que sob outras vias realizaria o plano duma vasta coudelaria e duma vastíssima ganadeira. Tudo é ignorado quanto às condições dos sertões maranhenses¹² [...]

A melhoria das comunicações, segundo os periódicos, possibilitaria o desenvolvimento da região, principalmente das atividades econômicas de criação de gado e cavalar. Alguns artigos do *Correio do Sertão* enfatizavam a necessidade de investimentos em meios de comunicação para dinamizar a economia e tornar mais “civilizados” os habitantes.

“O nosso Estado apresenta atualmente um atraso profundo, e a causa certamente desse desfalecimento econômico, é a pobreza de meio de comunicação, porque é uma verdade que quanto mais um povo estender a esfera de suas relações, tanto mais se achará ele em condições de provocar e satisfazer as necessidades que estimulam sua produção; sua indústria se desenvolverá, seu commercio tornar-se-á mais ativo e seus costumes mais civilizado”.

A construção de uma estrada de ferro rumo ao sertão maranhense e que servisse, sobretudo às áreas próximas ao rio Tocantins, foi uma reivindicação justificada pela necessidade de promover o desenvolvimento político, econômico, social e cultural da região. Todavia, diferentemente do que almejavam esses sertanejos, o traçado escolhido pelo governo para construção de uma estrada de ferro contemplou as proximidades do rio Itapecuru, ligando a capital à cidade de Caxias, a via mais utilizada para a primeira etapa do acesso ao sertão.

Decisão recebida com desagrado na região sertaneja, pois esperava-se que a construção de uma via férrea atingisse as proximidades do rio Tocantins, região que consideravam estratégica para o crescimento econômico do sertão maranhense,

Da estrada de penetração à margem do Tocantins e chamada redentora deste Estado, ninguém hoje mais fala. [...]. E assim o sertão que um instante sonhou com o seu desenvolvimento, cuidando arredar em curto prazo o marasmo que o fisga e consome, para logo teve o fero desengano [...]. É, pois, imperiosa necessidade que os dirigentes do Paiz deixem sequer um momento libar suas vistas sobre estas obras que dizem respeito aos ricos sertões do norte. O punhado de ousados que os desbrava, em relação ao muito que comportam e contribuem para os cofres públicos – federais e estaduaes [...]. Não se roga uma esmola, nem tão pouco favor. Pede-se a consumação de um direito, uma coisa que nos deveria ser dada sem ser pedida. Basta de desprezo! Basta de abandono!¹³

Destarte, nas mensagens de alguns governadores há intenções em incrementar as vias de comunicação para o sertão como uma forma de intensificar a presença do Estado naquela região, pela melhoria dos meios de transportes, instalação de linhas telegráficas, limpeza dos rios ou construção da estrada de ferro São Luis-Caxias. Na mensagem do governador Herculano Parga, de 1915, a melhoria

12 As questões comerciais: A seca. *Correio do Sertão*. Caxias, 1 out. 1903.

13 Sertões esquecidos. *O Tocantins*, Carolina, 1 mar. 1916, p.2.

da navegação figura como proposta de governo para viabilizar os contatos com a zona sertaneja, ao comunicar o propósito de observar a navegabilidade do rio Itapecuru nos trechos entre Caxias e Picos, bem como promover a desobstrução do referido rio¹⁴.

Como o assoreamento dos rios era progressivo e a navegação fluvial não resolvia o problema de comunicação, retornou o debate sobre a construção de uma estrada de ferro para ligar a “*Chanaan maranhense*”¹⁵, como um articulista referiu-se ao sertão maranhense. Sobre a questão das ferrovias do Maranhão na Primeira República, a estrada de ferro São Luís a Caxias não resolveu o problema do acesso ao sertão por causa das “díficeis condições de conservação das rodovias e da temporariedade da navegação em trechos dos rios daquela região” (LOPES, 1970. p.168).

Intenções como essas visaram o controle político e administrativo dos governos sobre o sertão, em projetos que traduziam o esforço pela integração dessa região às demais localidades do território maranhense, intensificado nos anos iniciais do período republicano. Tais tentativas fizeram aflorar tensões que estiveram presentes nos discursos analisados, em que os sertanejos representaram a realidade social em estavam inseridos utilizando a imagem do abandono (CABRAL, 1992. p.190).

Se o “estado de abandono” constituía-se um elemento da representação da realidade social dos sertanejos, esses construíram outros elementos identitários como forma de reagir a tal situação, elementos que valorizam a terra e seus habitantes

A vida, ali, no ermo do sertão ínvio, deserto, longíquos, nasce per si como desabrocham as flores no silvado; irrompe daquele todo rude, em perspectiva de porvir brilhante, como das anfractuosidades das rochas, borbulham as fontes. A natureza portentosa e rica, dessa riqueza incultivada e immóta das nossas terras interiores, arrima-se o homem diamante bruto, inlapidado, barbarizado quase, tal é o estado de abandono em que vive arredio, solitário, remoto. É que lhe falta tudo: - intercambio social; luz que lhe aclare o espírito; transporte, se não modernos ao menos medianos, para os seus produtos que se deterioram nos celeiros. Pobre terra caluniada! Rica e pobre, prendada e infeliz ao mesmo tempo. Porque lhe não querem ver as preciosidades que guarda em seu seio imaculado de virgem adormecida.

Deparamo-nos com um sentido ambíguo na representação do sertão maranhense: é um lugar “ínvio, deserto, longínquo”, uma terra “pobre e caluniada”, mas também uma terra rica, possuidora de uma “natureza portentosa”, “rica e pobre”, “prendada e infeliz”. Nos trechos citados, o sertanejo é descrito como uma pessoa de caráter rude, comparado a “um diamante bruto, inlapidado, barbarizado”, aspecto rude justificado pelo isolamento em que ele se encontra, devido à falta de “intercambio social”, responsável por sua existência “arredia, solitária, remota”.

No entanto, nesse sertão representado como uma terra abandonada, esquecida e isolada, mesmo possuidora de riquezas, fertilidade e beleza, que emerge a figura de um sertanejo forte, que tenta combater a situação de abandono em que vive. No jornal *O Sertão*, há esta representação do sertanejo como um herói capaz de vencer todas as dificuldades que lhe são impostas:

O sertanejo é um herói. Afeito às lides da vida rústica do sertão ignaro, acossado pelas circunstâncias do meio, ignorando o que se passa nos centros adiantados, vítima da opressão dos governos irresponsáveis e criminosos que o fazem vergar ao peso de onerosos impostos, ao ofidismo de uma politicalha sem escrúpulos, o filho do interior, deserdado, porém, decidido, afronta todos os obstáculos, combate e vence per si mesmo. O mais o faria se não fora esse descaso em que se debate, sem os favores officiaes (...). Se alguma coisa útil consegue adquirir, deve-se ao seu próprio esforço.

14 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 5 de fevereiro de 1915 pelo excelentíssimo senhor doutor Herculano Parga. São Luís: Imprensa Oficial, 1915. p.11.

15 Estrada de ferro. *Jornal do Commercio*, Caxias, 7 mar.1909

Considerações semelhantes sobre sertanejo maranhense são apresentadas nas memórias de Dunshee de Abranches. Ao viver na região, o autor fez-se defensor de sua gente:

O que existia recalcado naqueles ínvios recôncavos era o amor exagerado à liberdade, o fanatismo cego pela terra natal. Filhos e netos de patriotas que se bateram pela Independência do Brasil e ali se refugiaram perseguidos a ferro e fogo pelos governos imperiais que, no afã de manter a ordem, preferiram esmagar o espírito liberal da nossa nascente nacionalidade [...].

Com essa representação, Abranches objetivava contrastar outra que, segundo ele, era a que se fazia em São Luís sobre o sertanejo: “gente bárbara, feroz, sanguinária, no conceito e no preconceito dos homens que eram ou se diziam de Estado”, advinda do desconhecimento, “da triste ignorância” sobre as reais condições da região. Ao mesmo tempo, registrou a percepção que um sertanejo tinha de sua terra e sua gente:

[...] os nossos próprios conterrâneos e, com eles, as figuras mais em evidencia dos círculos políticos e sociais do Maranhão nos desconhecem. Para eles, os que vivem nestas esquecidas paragens não são criaturas humanas [...] ignoram inteiramente as nossas origens e tradições [...] o que nós chamamos com justo orgulho patriótico, a alma nobre dos sertões é constituído por uma raça de homens de honra e de espírito forte, decidido e libertado de preconceitos vis, a lutarem incessantemente contra o despotismo e a opressão.

À vista disso, nos discursos publicados em seus jornais, os sertanejos afirmaram uma identidade construída pela importância que concedem às suas origens históricas, tradições e costumes. Eles percebem o sertão e o sertanejo como tipos específicos: a terra é vasta, rica, fecunda e habitada por gente forte, trabalhadora, leal, que ama sua terra, desconhecida e abandonada pelo governo.

Considerações finais

Por meio das representações do sertão maranhense, foi possível a compreensão das maneiras como este espaço foi construído pelos discursos de jornalistas sertanejos que explicitaram a percepção que esses tinham da realidade social da qual participavam. Necessário também foi refletir o conceito de região mediante sua historicidade, seu caráter inventivo, advindo de práticas sociais que asseguraram sua delimitação enquanto um espaço inscrito por relações de poder.

Acerca da concepção de identidade enquanto “essência”, as abordagens mencionadas permitiram questionar tal definição, apresentando-a como uma construção social. Essas perspectivas identificam a importância dada pelos atores sociais às origens históricas, tradições e costumes, dentre outros atributos que legitimam uma maneira de reconhecer-se no mundo.

Esse sertão figurou nas páginas dos jornais escritos por sertanejos, com denúncias sobre um estado de abandono representado na falta de meios de comunicação, estradas, telégrafos e escolas e na insatisfação com a política do governo do estado à época, a quem acusavam de querer apenas subjugar-los, oprimir-los e explorá-los. Seus escritos refletiam também o choque entre os interesses locais e regionais de um Maranhão percebido pelos sertanejos como dois: um no litoral, outro no sertão, situação conflituosa ainda presente nos dias atuais.

News from a interior: representations of the interior of Maranhão in periodicals in the First Republic (1900-1920)

ABSTRACT

The present study aims to understand the representations of the interior of Maranhão contained in the newspapers that circulated in the backwoods cities. It is proposed to discuss the diverse perceptions about this place as a social reality constructed in the discourses of these countrymen. The time cut was chosen from 1900 to 1920, a period known as the First Republic and corresponding to the publication years of the periodicals used in this work. In these newspapers, speeches permeated by expressions such as "abandoned place", "forgotten backlands", expressions that justify the isolation and ignorance of this region, indicative of the different ways of interpreting these interior.

Keywords: Representation. Interior. Place. Identity. Countrymen.

REFERÊNCIAS

Jornais

- O Lábaro. Caxias (1899-1900)
Correio do Sertão. Caxias (1903-1904)
Jornal do Commercio. Caxias (1908-1911)
Gazeta de Picos. Picos (1905-1913)
O Tocantins. Carolina (1914-1921)
O Sertão. São Luís (1921)

Livros e Documentação Oficial

- ABRANCHES, Dunshee de. **A Esfinge do Grajaú**. São Luís: ALUMAR, 1993.
- AMADO, Janaina. et al. **República em Migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.
- CHARTIER, Roger. **Historia Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil**. Imperatriz: Ética, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COUTINHO, Mílson. **Caxias das Aldeias Altas: subsídios para a sua história**. São Luís: Caxias: Prefeitura de Caxias, 2005.
- COELHO, Mauro Cezar (org.); **Meandros da História: trabalho e poder no Grão-Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX**. Belém: UNAMAZ: Associação de Universidades Amazônicas, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.
- LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **Pesquisa Histórica**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 15 de fevereiro de 1899 pelo excelentíssimo senhor doutor João Gualberto Torreão da Costa governador do Estado**. São Luís: Imprensa Oficial, 1899.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 15 de fevereiro de 1900 pelo excelentíssimo senhor doutor João Gualberto Torreão da Costa governador do Estado**. São Luís: Imprensa Oficial, 1900.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 5 de fevereiro de 1915 pelo excelentíssimo senhor doutor Herculano Parga**. São Luís: Imprensa Oficial, 1915.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2006.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MINIBIOGRAFIA

Mayjara Rêgo Costa Garcia Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). Graduada em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão (2010). Desenvolve pesquisas na área de História, com ênfase em História do Brasil e História do Maranhão, atua principalmente nos seguintes temas: Identidade, Memória e Representação.

Isabel Ibarra Cabrera

Professora Titular da Universidade Federal do Maranhão. Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Tem ministrado disciplinas nas áreas de História Contemporânea, História da Educação, Sociologia da Educação, História da América Latina. Tem desenvolvido pesquisas sobre os seguintes temas: Caribe, revolução cubana, migrações, memória, ensino e universidade.